

A VERDADE SOBRE AS FINANÇAS DE PORTO ALEGRE

Prefeitura de Porto Alegre tem superávit

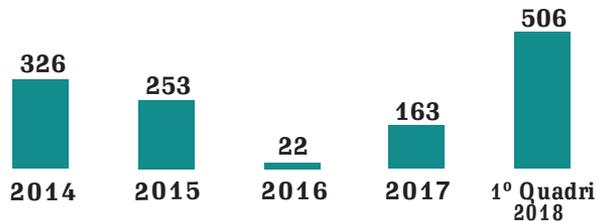
O prefeito Marchezan Júnior adotou o discurso do colapso financeiro da Prefeitura de Porto Alegre para legitimar a agenda de austeridade que acarreta mais recessão, mais desemprego, retrocessos em programas sociais e desmonte dos serviços públicos da cidade.

O discurso da crise contrasta com a verdadeira situação das finanças municipais exposta nos relatórios oficiais:

1. no balanço de 2017, relativo ao 1º ano do governo Marchezan Júnior, a PMPA terminou com um superávit de R\$ 163 milhões; e,

2. no primeiro quadrimestre de 2018, o superávit da Prefeitura atingiu R\$ 506 milhões.

Superávits da PMPA [em R\$ milhões]



Fonte: PMPA-Balanço orçamentário, Anexo 1

Apesar do superávit, governo fez empréstimo para pagar o 13º

Apesar de terminar 2017 com **R\$ 163 milhões**, o governo fez empréstimo bancário para pagar a folha do 13º salário, de **R\$ 138 milhões**. Ou seja, mesmo se tivesse pago integralmente o 13º salário com a disponibilidade existente, a Prefeitura ainda teria um superávit de **R\$ 25 milhões**.

O erário público foi lesado com esta gestão temerária que causou um custo financeiro desnecessário superior a R\$ 12 milhões para o pagamento de juros mensais de 1,42%, fato que sujeita o Prefeito Marchezan e a autoridade fazendária ao enquadramento na Lei de Improbidade Administrativa.

Mesmo com dinheiro em caixa, governo parcelou salários

Em 2017, o governo **parcelou os salários dos funcionários municipais mesmo tendo disponibilidade financeira em caixa.**

O relatório da auditoria do TCE [30/10/2017] nas contas da PMPA **comprova que o prefeito não só deveria – como poderia – ter cumprido a ordem judicial que determinava o pagamento do salário dos servidores na data fixada na Lei Orgânica do Município** – no último dia útil do mês:

Mês	Disponibilidade financeira total	Folha líquida	Saldo líquido após pagar salários
Junho/17	364.233.309,60	74.891.869,25	289.341.440,35
Julho/17	247.480.064,86	74.966.714,56	172.513.350,30
Agosto/17	211.028.218,16	74.966.714,55	136.061.503,61

Fonte: TCE/RS – Informação nº 044/2017 – SPA.

Como evidenciado pelo TCE, o parcelamento dos salários foi uma opção puramente política, que causou transtornos na vida de milhares de servidores, aposentados e pensionistas, e instalou um clima de insegurança e incertezas na cidade.

A realidade financeira da Prefeitura comprova:

- existe superávit
- os PLs são desnecessários
- o governo tem condições de repor as perdas salariais dos servidores
- o governo causou prejuízos ao Município pagando juros de um empréstimo desnecessário

Situação financeira da Prefeitura permite reposição salarial

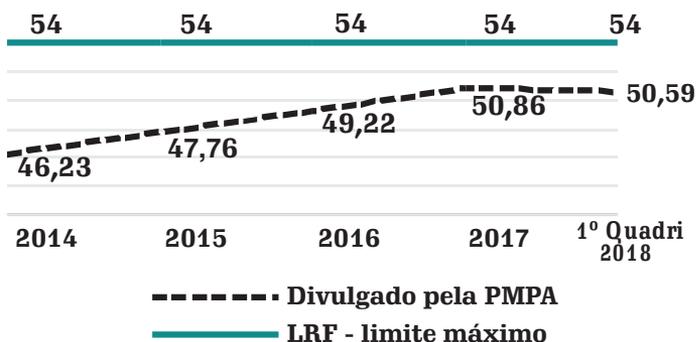
As despesas de pessoal da PMPA estão bastante abaixo do limite máximo estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, que corresponde a 54% das receitas correntes líquidas [RCL].

Esta situação favorável é observada desde os governos anteriores, e se mantém na atual Administração, realidade que torna **injustificável tanto a não reposição das perdas salariais como o ataque às carreiras dos funcionários municipais.**

Despesas com Pessoal da PMPA em relação à RCT, segundo a LRF [em %]

Exercício de competência	Divulgado pela PMPA	LRF - limite máximo
2014	46,23	54
2015	47,76	54
2016	49,22	54
2017	50,86	54
2018 [1º Q]	50,29	54

Despesas de pessoal e LRF



O governo estuda contabilizar os salários dos funcionários da PROCempa e do IMESF como despesas de pessoal, para superar artificialmente o limite da LRF e assim **justificar medidas como a redução de salários, a não reposição de funcionários e a diminuição de serviços.**

O discurso da crise deprime a cidade

A Prefeitura de Porto Alegre exhibe uma realidade financeira estruturalmente mais favorável que a maioria das cidades brasileiras: superávits sucessivos, despesas com pessoal bem inferiores ao limite da LRF, nível reduzido de endividamento [24,3% da RCL em 2017] e capacidade de acesso a créditos para investimentos.

Apesar desta realidade favorável, o prefeito Marchezan Júnior opta, estranhamente, por um discurso pessimista, que não condiz com a realidade. Este discurso depressivo joga a cidade para baixo, desencoraja os empreendedores, inibe os investimentos e retrai o consumo. **A economia da cidade piora se os fatores de estímulo ao seu desenvolvimento forem abandonados.**

Pls do governo Marchezan criam crise brutal

A situação das finanças da PMPA comprova a absoluta desnecessidade dos Projetos de Lei que reduzem salários e direitos. Estes projetos causariam enormes prejuízos à economia da cidade, que depende dos setores do comércio e dos serviços. A subtração da massa salarial do funcionalismo do circuito de consumo da cidade aumentariam a recessão e o desemprego na capital gaúcha, principalmente nos setores de comércio e serviço.



ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS E ARQUITETOS DO DEMHAB

